

 **WEB JORNALISMO**

01 • PORTAL CORREIO
Professores da Paraíba relatam ao MPF ameaças à liberdade de ensino

<https://portalcorreio.com.br/professores-relatam-ameacas-liberdade/>

05 • PARAÍBA.COM
Defensoria integra ação de mediação na Praça da Paz e leva atendimento jurídico gratuito à população

<http://paraiba.com.br/2019/11/05/defensoria-integra-acao-de-mediacao-na-praca-da-paz-e-leva-atendimento-juridico-gratuito-a-populacao/>

• PARAÍBA JÁ
Cagepa participa da Semana da Conciliação e doa brinquedoteca ao Fórum de Mangabeira

<https://paraibaja.com.br/cagepa-participa-da-semana-da-conciliacao-e-doa-brinquedoteca-ao-forum-de-mangabeira/>

06 • G1 PB
Projeto incentiva emissão de carteira de identidade de crianças, em Campina Grande

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/06/projeto-incentiva-emissao-de-carteira-de-identidade-de-criancas-em-campina-grande.ghtml>

• WSCOM
ALPB autoriza projeto de lei que estabelece 30 dias para realização de exames em pacientes com câncer

<https://wscm.com.br/alpb-autoriza-projeto-de-lei-que-estabelece-30-dias-para-realizacao/>

07 • WSCOM
Colégio da Polícia Militar divulga edital com 141 vagas para novos alunos

<https://wscm.com.br/colégio-da-polícia-militar-divulga-edital-com-141-vagas-para-novos-alunos/>

• JORNAL DA PARAÍBA
MPPB promove emissão de RG para crianças de até 6 anos em Campina Grande

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mppb-promove-emissao-de-rg-para-criancas-de-ate-6-anos-em-campina-grande.html

• PORTAL CORREIO
Procon- PB faz mutirão de renegociação de dívidas em JP

<https://portalcorreio.com.br/procon-mutirao-renegociacao-dividas-jp/>

08 • G1 PB
Procon-PB e TJPB fazem mutirão de renegociação de dívidas em João Pessoa, nesta sexta-feira (8)

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/08/procon-pb-e-tjpb-fazem-mutirao-de-renegociacao-de-dividas-em-joao-pessoa-nesta-sexta-feira-8.ghtml>

• ASCOM JP
Semam participa de Mediação Comunitária na Praça da Paz junto com OAB

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/semam-participa-de-mediacao-comunitaria-na-praca-da-paz-junto-com-oab/>

11 • NOTÍCIA EXTRA
DPE-PB apresentam teses durante Congresso Nacional da categoria

<https://www.noticiaextra.com/as-extras/defensoras-publicas-da-paraiba-apresentam-teses-durante-congresso-nacional-da-categoria>

• PB NEWS
Defensoras públicas da Paraíba apresentam teses durante Congresso Nacional da categoria

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/11/210444.html>

• PARAÍBA.COM
Defensoras públicas da Paraíba apresentam teses durante Congresso Nacional da categoria

<http://paraiba.com.br/2019/11/11/defensoras-publicas-da-paraiba-apresentam-teses-durante-congresso-nacional-da-categoria/>

14

Defensoria cobra na AL reparação do orçamento

• MAIS PB

<https://www.maispb.com.br/425778/defensor-cobra-reparacao-do-orcamento-da-dpe.html>

15

Presidente do TJPB diz que duodécimo será 'suficiente' e prevê enxugamento de comissionados em 2020

• WSCOM

<https://wscom.com.br/presidente-do-tjpb-diz-que-duodecimo-sera-suficiente-e-preve-enxugamento-de-comissionados-em-2020/>

18

Começam as inscrições para a seleção de vagas no Colégio da Polícia Militar

• WSCOM

<https://wscom.com.br/comecam-as-inscricoes-para-a-selecao-de-vagas-no-colegio-da-policia-militar/>

19

Marcha da Negritude Unificada da Paraíba acontece nesta terça (19), em JP

• BRASIL DE FATO PB

<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/19/marcha-da-negritude-unificada-da-paraiba-acontece-nesta-terca-19-em-joao-pessoa/>

PB: DPE realiza palestras sobre prevenção e combate ao câncer de mama

• ANADEP

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=42323>

20

TCE reprovava as contas do atual e de dois ex-prefeitos da mesma cidade paraibana

• PARAÍBA ONLINE

<https://paraibaonline.com.br/2019/11/tce-reprova-as-contas-do-atual-e-de-dois-ex-prefeitos-da-mesma-cidade-paraibana/>

Pleno do TCE julga na sessão desta 4ª feira (20) as contas de 24 prefeituras, uma denúncia e sete recursos

• PORTAL MÍDIA

<https://www.portalmidia.net/pleno-do-tce-julga-na-sessao-desta-4a-feira-20-as-contas-de-24-prefeituras-uma-denuncia-e-sete-recursos/>

21

Justiça determina que faculdade da PB suspenda cobrança de taxas

• MAIS PB

<https://www.maispb.com.br/427257/justica-determina-que-faculdade-da-pb-suspenda-cobranca-de-taxas.html>

• PARAÍBA ONLINE

TCE da Paraíba reprovava gestões de três prefeitos da cidade de Bayeux

<https://paraibaonline.com.br/2019/11/tce-da-paraiba-reprova-gestoes-de-tres-prefeitos-da-cidade-de-bayeux/>

TCE da Paraíba reprovava gestões de três prefeitos da cidade de Bayeux

<https://paraibaonline.com.br/2019/11/tce-da-paraiba-reprova-gestoes-de-tres-prefeitos-da-cidade-de-bayeux/>

• REPÓRTER PB

Governo da Paraíba celebra Dia da consciência negra no ponto de cem réis

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/gerais/2019/11/21/governo-da-paraiba-celebra-dia-da-consciencia-negra-no-ponto-de-cem-reis/97141.html>

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo celebra Dia da consciência negra no ponto de cem réis

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-celebra-dia-da-consciencia-negra-no-ponto-de-cem-reis>

• DIÁRIO DO SERTÃO

TCE reprovava contas de prefeitura da Região de Cajazeiras e aprova de mais de 7 municípios do Sertão

<https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/447665/tce-reprova-contas-de-prefeitura-da-regiao-de-cajazeiras-e-aprova-de-mais-de-7-municipios-do-sertao.html>

• G1 PB

Justiça determina que faculdade suspenda cobrança de taxas irregulares, em Campina Grande

<http://paraiba.com.br/2019/10/17/eca-comemora-29-anos-de-existencia-com-festival-de-teatro-danca-e-musica-na-lagoa/>



22

• PORTAL JURISTAS

Madalena Abrantes tem contas de 2018 à frente da DPE-PB aprovadas pelo TCE

<https://juristas.com.br/2019/11/22/madalena-abrantes-tem-contas-de-2018-a-frente-da-dpe-pb-aprovadas-pelo-tce/>

• UNIVERS. DO ESTADO DO R. GRANDE DO NORTE

Professora e ex-aluna de Direito lançam livro sobre litigância

<https://portal.uern.br/blog/professora-e-ex-aluna-de-direito-lancam-livro-sobre-litigancia/>

• MPF PB

Lei sobre liberdade de cátedra será divulgada em todas as escolas estaduais da Paraíba

<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/lei-sobre-liberdade-de-catedra-sera-divulgada-em-todas-as-escolas-estaduais-da-paraiba>

• POLÊMICA PARAÍBA

Madalena Abrantes tem contas da Defensoria Pública aprovadas pelo TCE

<https://www.polemicaparaiba.com.br/osguedes/madalena-abrantes-tem-contas-da-defensoria-publica-aprovadas-pelo-tce/>

23

• POLÊMICA PARAÍBA

DEFENSORIA PÚBLICA: Madalena Abrantes tem contas de 2018 aprovadas pelo TCE

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/defensoria-publica-madalena-abrantes-tem-contas-de-2018-aprovadas-pelo-tce/>

25

• PB AGORA

A partir de hoje: PB terá “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/a-partir-de-hoje-pb-tera-16-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher/>

Lei sobre liberdade de cátedra será divulgada em todas as escolas estaduais da PB

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/lei-sobre-liberdade-de-catedra-sera-divulgada-em-todas-as-escolas-estaduais-da-pb/>

27

• PARAÍBA RÁDIOBLOG

Justiça sequestra R\$ 95 mil do Estado para garantir procedimento cirúrgico em idoso

<https://www.paraibaradioblog.com/2019/11/27/justica-sequestra-r-95-mil-do-estado-para-garantir-procedimento-cirurgico-em-idoso/>

• TÁ NA ÁREA

Justiça sequestra R\$ 95 mil do Estado para garantir procedimento cirúrgico em idoso

<https://www.tanaarea.com.br/paraiba/justica-sequestra-r-95-mil-do-estado-para-garantir-procedimento-cirurgico-em-idoso/>

• PARLAMENTO PB

Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://parlamentopb.com.br/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-funcionara-na-antiga-faculdade-de-direito/>

TELEVISÃO

11

• TV CORREIO/ JORNAL DA CORREIO

Aberta hoje exposição fotográfica com crianças portadoras de microcefalia, em João Pessoa

https://www.youtube.com/watch?v=F2_sevj79vA



12

• TV CABO BRANCO/ BOM DIA PB

Anjos no Ninho; exposição de fotografias mostra o amor de pais e filhos com microcefalia

<https://globoplay.globo.com/v/8080277/programa/>

Tribunais do Júri de João Pessoa: processos de feminicídio par...

O 1º e 2º Tribunais do Júri da Comarca de João Pessoa vão participar do Mês Nacional do Júri, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante este mês em todo o país. O esforço concentrado contará com pelo menos 36 processos referentes a crimes de homicídio na pauta das duas unidades no período. A recomendação do CNJ é priorizar o julgamento de crimes dolosos contra a vida mais antigos, ou aqueles

metidos por policiais e os que têm policiais como vítimas. De acordo com o juiz Marcos William de Oliveira, titular do 1º Tribunal do Júri, ações relacionadas a feminicídio e crimes mais antigos, ou seja, ocorridos até dezembro de 2015, foram incluídos na pauta. "Estão previstas a realização de 16 júris. Novembro é um mês normal de julgamentos, independentemente de esforço e obedece a uma sequência do Código de

de, juíza Francilucy de Sousa sessões de julgamento ocorrerão a partir das 9h, de segunda-feira, iniciando já (1). Em relação à logística cumprimento dos processos da realização das sessões, a gistrada explicou que foi formada uma equipe com cinco servidores e dez oficiais de Justiça por meio de um termo de peração com o Ministério Público da Paraíba e a Defensoria Pública, serão disponibiliz

Abrindo horizontes. O Tribunal de Contas da Paraíba entregou, a três unidades prisionais do Estado, 2.422 livros. As obras foram arrecadadas com o projeto de incentivo à leitura “LiberTCE – Conhecimento Liberta”, lançado há um mês por meio da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira.

Fiscalização. O Comitê Integrado de Controle Interno do Estado se reuniu ontem no TJPB. O grupo tem representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, além da Defensoria Pública e do TCE-PB. Durante o encontro de trabalho, foram definidas estratégias de atuação para 2020. O presidente do TJ, desembargador Márcio Murilo, participou da reunião.

Sony Lacerda e Damásio Dias

• JORNAL A UNIÃO

Caderno Diversidade - Pág. 18

Tribunais do Júri de João Pessoa pautam processos de feminicídio para este mês

O 1º e 2º Tribunais do Júri da Comarca de João Pessoa vão participar do Mês Nacional do Júri, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante este mês em todo o país. O esforço concentrado contará com pelo menos 36 processos referentes a crimes de homicídio na pauta das duas unidades no período. A recomendação do CNJ é priorizar o julgamento de crimes dolosos contra a vida mais antigos, ou aqueles de maior repercussão na sociedade, a exemplo de casos de feminicídio. Em observância à orientação do CNJ, também serão priorizados os crimes co-

metidos por policiais e os que têm policiais como vítimas. De acordo com o juiz Marcos William de Oliveira, titular do 1º Tribunal do Júri, ações relacionadas a feminicídio e crimes mais antigos, ou seja, ocorridos até dezembro de 2015, foram incluídos na pauta. “Estão previstas a realização de 16 júris. Novembro é um mês normal de julgamentos, independentemente de esforço e obedece a uma sequência do Código de Processo Penal”, destacou.

Já no 2º Tribunal do Júri foram pautados 20 processos para o esforço concentrado. De acordo com a titular da unida-

de, juíza Francilucy de Sousa, as sessões de julgamento ocorrerão a partir das 9h, de segunda a sexta-feira, iniciando já hoje (1). Em relação à logística de cumprimento dos processos e da realização das sessões, a magistrada explicou que foi formada uma equipe com cinco servidores e dez oficiais de Justiça, e, por meio de um termo de cooperação com o Ministério Público da Paraíba e a Defensoria Pública, serão disponibilizados representantes das duas instituições para o período.

Para a juíza Francilucy de Sousa, a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça é louvável.

“O Mês Nacional do Júri é uma forma que o Judiciário encontrou de dizer à sociedade que não deixará crimes tão graves impunes. Com a escalada crescente da violência, consequentemente, aumentam, também, os crimes de homicídio, sejam na forma consumada ou tentada”, ressaltou. A magistrada acrescentou, ainda, que não se pode esquecer que a aplicação das penas, além do caráter punitivo, visa, também, prevenir o cometimento de novos crimes. “Quanto mais tempo demora o julgamento desses delitos, mais se alimenta a sensação de impunidade”, frisou.

Projeto visa agilizar processos de crianças desaparecidas

O projeto-piloto “Cidadania de Primeira”, que incentiva o armazenamento de dados biométricos de crianças, para, em caso de desaparecimento, garantir mais agilidade e segurança nas buscas, será iniciado na cidade de Campina Grande, na próxima quarta-feira (6). Aproximadamente, 80 crianças de 0 a 6 anos de idade, matriculadas em uma creche do município devem ser as primeiras a terem o documento de identificação civil através da iniciativa.

Os detalhes da ação foram discutidos durante reunião do Comitê Interinstitucional de Combate ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, na quinta-feira (31).

Já nessa sexta-feira,

houve visita à creche para orientação aos pais e responsáveis.

“O momento objetivou esclarecer a dinâmica para o comparecimento das crianças à Casa da Cidadania, em Campina Grande, e quais documentos que será necessário levar no dia agendado. Os pais mostraram-se muito satisfeitos com a iniciativa, tiraram dúvidas e também indagaram como podiam tirar o RG de outros filhos que não estão em idade de creche”, disse a promotora de Justiça da Infância e Adolescência de Campina Grande, Elaine Alencar, que visitou à Creche Municipal Ana Paula, juntamente com o juiz da Infância do Município, Hugo Zaher.

Elaine Alencar, que

é também integrante do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Pliid/MPPB), disse que o “Primeira Infância” é uma parceria entre órgãos que estão preocupados com o fenômeno do desaparecimento, na Paraíba.

Entre alguns, estão o Ministério Público, o Tribunal de Justiça da Paraíba, e o Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC), mas que o problema está sendo discutido de forma mais ampla por um fórum que inclui outras instituições, como Polícia Federal, Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (Seds), Polícia Militar da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), a Defensoria Pública da Paraíba e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Governo do Estado discute ações para socioeducação

Justiça Presente tem o objetivo de fortalecer a política pública para o enfrentamento dos problemas do sistema penitenciário

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), participou na última quinta-feira (31) das discussões do eixo 2 do Programa Justiça Presente, que tem o objetivo de fortalecer a política pública para o enfrentamento dos problemas do sistema penitenciário. O eixo diz respeito ao Sistema Socioeducativo e vem sendo implementado no Estado desde abril deste ano.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Neide Nunes, participou da reunião, que aconteceu na sede do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) e contou ainda com participação do presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac), Noaldo Meireles; do juiz auxiliar da Presidência, Rodrigo Marques, magistrados da área da Infância e da Juventude, do juiz-corregedor, Antônio Silveira Neto, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e das diversas instituições que integram a Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.

Neide Nunes avaliou a reunião como positiva para o Estado. "Já estamos bastante avançados em relação aos outros estados brasileiros. Estaremos lançando o protocolo integrado do Sistema de Justiça Suas, que será lançado entre os três poderes e o CNJ como produto final dessa assessoria técnica do CNJ aqui na Paraíba. Além da implantação dos núcleos de justiça restaurativas nas unidades socioeducativas que será pauta da próxima reunião", enfatizou.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano destacou ainda que a perspectiva do eixo 2 traz elementos importantes que já são executados na Paraíba. "Agora com o CNJ, o TJ-PB e a rede socioassistencial do socioeducativo podemos atuar de forma mais consistente contribuindo para

melhorar a cada dia essa política pública", comentou.

O Justiça Presente é um programa fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e tem o objetivo de fortalecer a política pública para o enfrentamento dos problemas do sistema penitenciário.

A coordenadora do Programa Justiça Presente no Estado e representante do CNJ, Ana Pereira, lembra que o propósito do eixo 2 do programa é fortalecer mecanismos capazes de melhorar o cumprimento das medidas alternativas impostas aos jovens e adolescentes na Paraíba. "Acredito que os diálogos estratégicos com o sistema socioeducativo tem se fortalecido e temos conseguido respostas rápidas para as demandas apresentadas", enfatizou.

Outros encaminhamentos foram discutidos na reunião como: Pensar um modelo de central de vagas no Estado para atender o Sistema Socioeducativo, criação de comissão para pensar a formação integrada para gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e trabalhar uma forma de audiência concentrada voltada ao acompanhamento dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Justiça Presente é um programa que objetiva incidir diretamente na solução dos problemas do sistema prisional brasileiro em parceria com os atores que lidam com essas questões no dia a dia. É formado por quatro eixos: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadania; e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que são desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.

Viabilizada ampliação do Fórum de Cabedelo

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e o prefeito de Cabedelo, Vítor Hugo, assinaram protocolo de intenções para viabilizar reforma e ampliação do prédio do Fórum Desembargador Júlio Aurélio Moreira Coutinho.

Ficou acertado que a Presidência do Judiciário estadual enviará ao Pleno do TJPB anteprojeto de lei que transfere a propriedade de dois imóveis em Cabedelo, que eram destinados a residências de magistrados, para o Município. Em contrapartida, a Prefeitura arcará com a integralidade do custo da reforma e ampliação do prédio.

De acordo com o prefei-

to Vítor Hugo, a previsão é de que a obra comece nos primeiros meses de 2020. A diretora do Fórum, juíza Giovanna Lisboa, informou que a ampliação será numa área equivalente a 500 m², que receberá o Juizado, a Defensoria Pública e, possivelmente, as Varas de Fazenda Pública com o Cartório Unificado.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Gustavo Procópio, ressaltou que, com essa parceria, quem ganha é a população, que terá um fórum com estrutura que propiciará um serviço de qualidade.

“O Protocolo de Intenções, após aprovado no Pleno, será encaminhado à Assembleia e, em seguida, para sanção governamental”, disse.

Procon faz mutirão para negociar dívida

Laura Luna

lauraragao@gmail.com

O Governo do Estado por meio da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PB) vai realizar mais um Mutirão de Renegociação, desta vez dentro do evento Justiça em Ação: Mediação Comunitária e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc Cidadania) que será realizado junto ao Tribunal de Justiça da Paraíba, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Sesc e Senac. O evento vai acontecer nos dias 8 e 9 de novembro, das 8h às 16h, na Praça da Paz, principal do bairro dos Bancários.

Para o Procon-PB é mais uma oportunidade de realizar o Mutirão de Renegociação, já considerada uma ação de sucesso do órgão, em um evento que tem como objetivo promover a democratização e o acesso à justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos de maneira participativa.

A superintendente do Procon-PB, Késsia Cavalcanti, lembrou que no Justiça em Ação a união faz a força. "São vários atores dando as mãos nesse projeto e nós fomos convidados pelo Tribunal de Justiça para prestar os nossos

serviços de educação para o consumo além da oportunidade dos consumidores renegociarem seus débitos". Já são 15 mutirões realizados em todo o estado e todos eles com um importante índice de resolutividade, já que em alguns casos os descontos chegam a 99%.

Cagepa, Energisa, bancos, empresas de telefonia e TV por assinatura farão parte do Mutirão da Renegociação do Procon-PB que disponibilizará tendas, seguindo a estrutura do evento, que ocupará os espaços da Praça da Paz. Os interessados em renegociar os débitos devem ter em mãos RG, CPF e comprovante de residência além dos documentos das dívidas com cópias. O Justiça em Ação vai contar ainda com a participação das Secretarias Municipais e Estaduais, Banco do Brasil, Energisa e Cagepa e além da prestação de serviços haverá práticas esportivas, palestras educativas, entre outras atividades.

Interessados devem ter em mãos RG, CPF, comprovante de residência e documentos das dívidas com cópias

Cagepa doa brinquedoteca para fórum de JP

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) realizou a entrega da nova brinquedoteca do Fórum Regional de Mangabeira, espaço voltado para as crianças que acompanham os pais e responsáveis em audiências, durante a celebração de abertura da XIV Semana Nacional da Conciliação em João Pessoa. Todos os itens foram doados pela Cagepa, que é parceira do Procon, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba (OAB/PB) e do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), em todas as campanhas de conciliação promovidas pelos órgãos.

Na ocasião, o subgerente de Cobranças Judiciais da Cagepa, Pablo Alencar, afirmou que a doação marca a parceria que já vem sendo estabelecida entre o órgão e a Justiça, em busca da conciliação. "A imagem que queremos passar é a de que estamos abertos e atentos para escutar os problemas de cada consumidor; a fim de tentarmos solucionar os débitos da melhor forma possível", explicou.

O juiz-diretor do fórum, Manoel Abrantes,

agradeceu aos representantes da Cagepa pelo auxílio na construção do espaço. "Agora, as crianças têm um local de divertimento, de forma educativa, enquanto aguardam a participação dos pais nas audiências", disse.

Ao tecer palavras sobre o espaço, a juíza Ana Amélia destacou a importância do ato de brincar. "São muitas famílias que aqui chegam com crianças. É importante que tenhamos clareza que brincar é muito mais do que um passatempo; é um instrumento de desenvolvimento cognitivo para as crianças. Assim, elas podem dispor de um espaço voltado para o lúdico, para o desenvolvimento do ser humano. Esta iniciativa está a serviço da saúde delas, que precisam manter um distanciamento dos conflitos vivenciados por seus pais", afirmou.

Semana de Conciliação

Com o tema "A solução ao alcance das mãos", a prática da conciliação para por fim mais rapidamente aos processos ou mesmo evitar a judicialização foi enaltecida durante a abertu-

ra oficial da XIV Semana Nacional da Conciliação em João Pessoa, ocorrida na última segunda-feira (4), no Fórum Regional de Mangabeira.

Na ocasião, o desembargador João Brito lembrou que o tribunal vem desenvolvendo uma política de métodos autocompositivos muito antes de ser uma exigência do CNJ. "Esta prática voltada para uma decisão mais consensual, em que todos saem satisfeitos, vem sendo incentivada há algum tempo e só tem a avançar. Temos crescido neste sentido e já contamos com 39 Cejuscs por Estado", informou.

A Semana Nacional da Conciliação tem o objetivo de incentivar e fomentar a cultura da conciliação processual e pré-processual, reduzir o acervo, o tempo médio de duração dos processos e a taxa de congestionamento dos Tribunais de Justiça.

A coordenadora do Cejuscc da capital, Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara, informou que, previamente, foram selecionadas as ações passíveis de acordo e que constarão nestas audiências, onde será fomentado o diálogo. "São diversas ações no Fórum Central, 235 processos selecionados, 35 ações para tentativas de conciliação envolvendo o Banco do Brasil, acordos em fase pré-processual junto à Cagepa, além de ações educativas ao longo da semana", adiantou.



Brinquedoteca do Fórum de Mangabeira e voltada para as crianças que acompanham os pais e responsáveis em audiências

A magistrada revelou, ainda, que o evento contará com uma grande ação de encerramento para levar à população a conscientização acerca das práticas conciliatórias. "Haverá a presença do TJPB, Defensoria Pública, Ministério Público, Sesc, Senac, Ordem dos Advogados do Brasil e outros órgãos, pois

precisamos do compromisso da sociedade e dos órgãos públicos nesta causa", enfatizou. Somente este ano, contabilizando as várias edições de mutirões de conciliação em parceria com órgãos do Judiciário, a Cagepa já negociou cerca de R\$ 3,5 milhões com clientes que estavam em débito.

Defensoria Pública promove ação itinerante nos Bancários

Atendimento faz parte da programação do Cejuscc Cidadania, que integra a 14ª Semana Nacional da Conciliação

José Alves
zovieris2@gmail.com

Com o objetivo de incentivar a cultura da conciliação processual e pré-processual, a fim de reduzir o tempo médio de duração dos processos e a taxa de congestionamento dos Tribunais de Justiça, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) estará realizando nesta sexta-feira, na Praça da Paz (Bancários), mais um atendimento itinerante à população paraibana. A ação será realizada das 8h às 16h e, na ocasião, serão realizadas audiências de cunho familiar a exemplo de pensão alimentícia e divórcios, entre outros, além de renegociação de dívidas. A meta é promover a conciliação entre as partes ao invés do conflito.

A ação faz parte da programação do Cejuscc Cidadania, que integra a 14ª Semana Nacional da Conciliação, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e



A atividade acontecerá das 8h às 16h, na Praça da Paz, no bairro dos Bancários. Serão realizadas audiências de cunho familiar e de renegociação de dívidas

Tribunais de Justiça de todo o país, por meio dos Núcleos de Conciliação (Nupemecs). Na Paraíba, o evento acontece em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional

Paraíba (OAB/PB), a DPE-PB e o Ministério Público da Paraíba (MPPB).

De acordo com a mediadora Ilma Polman, os casos são diversos e a cada ação

desse são atendidas dezenas de casos, além de pessoas que têm problemas de dívidas no comércio. A atuação recai sobre atendimentos de mediação familiar e civil,

juntamente com o Judiciário, MPPB e outros órgãos. Por meio do assessoramento jurídico e conciliação promovidos por membros da Defensoria, os assistidos terão

a oportunidade de sair de lá com os acordos já homologados pelo juiz.

O Cejuscc Cidadania é realizado conjuntamente com a Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-PB e conta com a parceria da Defensoria Pública Estadual por meio do projeto Defensoria Itinerante, que oferece assistência jurídica à população nos bairros e em cidades que não possuem defensor público.

Na Paraíba, a Semana Nacional da Conciliação teve início no dia 4 em diversos pontos da capital e do Estado com realização de audiências e mutirões para renegociação de dívidas, inclusive no Fórum Cível de Mangabeira. Durante as ações que também ocorreram em escolas públicas foram realizadas palestras, apresentações de bandas marciais, apresentações teatrais, inauguração de brinquedotecas, e mediação comunitárias, tudo voltado à conscientização da importância da conciliação.

ENFRENTAMENTO AO FENÔMENO DO DESAPARECIMENTO

“Cidadania de Primeira” é lançado em CG



O projeto “Cidadania de Primeira” foi lançado, nesta terça-feira (06/10), em Campina Grande, segunda maior cidade da Paraíba. Foram coletados e armazenados dados biométricos de 21 crianças matriculadas na Creche Municipal Ana Paula, que, em até 10 dias, receberão o primeiro documento de identidade civil (RG). A iniciativa é uma importante estratégia de enfrentamento ao fenômeno do desaparecimento, criada através de parceria entre o Ministério Público da Paraíba (MPPB), o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e o Instituto de Polícia Científica (IPC). Acompanharam o lança-

mento do projeto a promotora de Justiça da Infância e Adolescência de Campina Grande, Elaine Alencar; o juiz da Infância do Município, Hugo Zaher, e o chefe do IPC no município, Mateus Lira.

De acordo com a promotora de Justiça, durante essa primeira ação do projeto, foi percebido que os pais se mostraram muito interessados em estender o benefício a outros filhos que não se encaixam dentro da faixa etária público-alvo do projeto. Uma mãe, inclusive, conseguiu fazer o RG de uma criança que não estava matriculada na creche e foi acompanhando o irmão. A ideia é que os responsáveis por crianças procurem o serviço, independente do projeto e agendem o atendimento nos postos do IPC.

Próximos passos. Nos próximos dias 13 e 20, o IPC de Campina atenderá mais dois grupos de crianças, de 0

a 6 anos de idade, totalizando 80, que é o público-alvo dessa primeira fase do projeto. Para obter o RG, pelo projeto, basta a certidão de nascimento da criança e comprovante de residência. O pai ou mãe também precisa levar seu próprio documento original de identificação com foto.

Fórum. Elaine Alencar, que é também integrante do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid/MPPB), lembrou que o fenômeno do desaparecimento está sendo discutido de forma mais ampla por um grupo de trabalho que inclui, além dos parceiros do projeto “Cidadania de Primeira”, outras instituições, como Polícia Federal, Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (Seds), Polícia Militar da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), a Defensoria Pública da Paraíba e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O grupo está programando o seminário “O fenômeno do desaparecimento de pessoas e a atuação em rede”, para o dia 26 de novembro, no auditório da Esma, em João Pessoa.

O evento é destinado a integrantes dos órgãos que farão parte do fórum interinstitucional, que deve ser formalizado nessa data, principalmente, a membros, assessores e servidores do Ministério Público da Paraíba e do Tribunal de Justiça da Paraíba.



Atendimento. No primeiro dia do projeto, 21 crianças de creche municipal foram atendidas pelo IPC

“Hoje foi o primeiro dia do projeto, que foi pensado para a proteção das crianças que estão na fase da primeira infância. A ideia é incentivar pais e responsáveis para a importância de providenciar o RG mesmo para crianças pequenas. O documento com o registro biométrico, ou seja, a digital, é fundamental para, em caso de desaparecimento, as autoridades possam fazer buscas de forma muito mais rápidas e eficazes”.

Elaine Alencar. Promotora de Justiça



O Plid

O Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público da Paraíba (Plid/MPPB), implantado este ano, deve ser um dos assuntos do evento. O programa está em pleno funcionamento recepcionando demandas da sociedade e dos órgãos envolvidos na busca e reconhecimento de pessoas e cadáveres, no Estado. O Plid utiliza um sistema que interliga órgãos do MP de todo o País.

Mutirão vai atender 30 casos para averiguar paternidade

Atendimentos ocorrerão no bairro dos Bancários, em João Pessoa, como parte do projeto "Justiça em Ação"

O Núcleo de Paternidade do Ministério Público da Paraíba (Nupar/MPPB) realiza, nesta sexta-feira (8), um mutirão de audiências de 30 procedimentos de investigação de paternidade, instaurados em João Pessoa. As oitavas ocorrerão, das 8h às 16h, na Praça da Paz, no Bairro dos Bancários, na capital, como parte do projeto "Justiça em Ação", realizado pela Comissão Organizadora da Mediação Comunitária da OAB/PB, pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais do TJPB, com participação do MPPB e da Defensoria Pública.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional a Promotorias Cíveis e de Família, Liana Espinola Pereira de Carvalho, lembrou que o mutirão faz parte da "Semana do Nupar", que incluiu visitas aos cartórios e maternida-

des da capital, nessas terça e quarta-feira. A equipe do CAO e Nupar distribuiu material de divulgação e conversou com os responsáveis sobre a importância de encaminhar ao Ministério Público, com agilidade, os casos de crianças registradas apenas com os nomes das mães. "Os cartórios e as maternidades são os primeiros contatos das mães com o registro civil. São eles que recebem primeiro a informação de que a criança será registrada só com o nome da mãe", explicou.

Nesta sexta-feira, além das audiências de procedimentos de reconhecimento de paternidade, a equipe do CAO e Nupar estará à disposição da população para tirar dúvidas sobre o processo e para atender eventuais demandas espontâneas que surjam, tanto na sexta-feira (das 8h às 16h). O

evento "Justiça em Ação" vai acontecer em dois dias (sexta e sábado), quando a população terá acesso a vários outros serviços, nas áreas médica, social, jurídica, cultural e de lazer.

O serviço

O serviço está disponível em todas as promotorias de Justiça do Estado. Para ter acesso é necessário que a mãe, o responsável ou outro interessado no reconhecimento da paternidade em favor de pessoa menor de idade requeira o serviço.

Documentos

É preciso apresentar o CPF e documento pessoal com foto do interessado pelo serviço, comprovante de endereço, além da certidão de nascimento da pessoa menor de idade e informações do suposto pai (nome e endereço completo).



Foto: Agência Brasil

Segundo o Ministério Público, 23.917 procedimentos foram instaurados até setembro de 2017 na Paraíba

NÚMEROS

■ 60 promotores de Justiça em todo o Estado já atuam no Nome Legal;

■ 30 promotores de Justiça

atuam, hoje no Núcleo em todo o Estado;

■ 100 municípios paraibanos foram atendidos pelo

projeto;

■ 23.917 procedimentos foram instaurados até setembro de 2017

“Mulher Protegida” concorre a Selo de Práticas Inovadoras

Programa desenvolvido pelo Governo do Estado tem como objetivo o enfrentamento da violência contra a mulher na Paraíba

O Programa Mulher Protegida - SOS Mulher, desenvolvido pelo Governo da Paraíba, por meio das Secretarias da Segurança e da Defesa Social (Sesds) e da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh), está concorrendo ao Selo de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra a Mulher 2019, promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ontem (7), as pesquisadoras Marina Bohnenberger e Isabela Sobral estiveram com o secretário executivo da Sesds, Lamark Donato, a secretária executiva da Semdh, Lídia Moura, e demais gestores das duas pastas, conhecendo o trabalho realizado para proteção à mulher no Estado e ainda o Programa Paraíba Unida pela Paz, que vem alcançando redução de crimes contra a vida, incluindo aqueles contra mulheres e, especificamente, feminicídios. Ao todo, 66 práticas foram inscritas no Brasil e a Paraíba está entre as 16 que estão recebendo visitas dos pesquisadores.

A agenda vai até hoje (8) e incluiu demonstração de uso do aplicativo instalado em aparelhos celulares utilizados por vítimas, ida à Coordenação das Delega-

cias da Mulher (Coordeam), na Central de Polícia Civil, no bairro do Geisel, reunião com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, visita ao ônibus Maria da Penha (Ônibus Lilás), visita a um canteiro de obras, onde será realizada uma palestra preventiva, e à sede da Patrulha Maria da Penha.

“Nós estamos aqui para visitar o projeto, conhecer experiência. Ele está participando do Selo FBSP de práticas inovadoras no enfrentamento à violência contra a mulher, que tem como objetivo conhecer e disseminar boas práticas desenvolvidas pelas Polícias e pelo Sistema de Justiça. Estamos animadas com as reuniões e vamos redigir um relatório, contando como foi essa experiência e esse relatório vai ser avaliado por um comitê, que também vai ter acesso a outros relatórios, que outras equipes estão redigindo, e ele vai fazer a seleção de quem irá receber o selo”, explicou Isabela Sobral.

A pesquisadora Marina Bohnenberger acrescentou que, ao todo, o FBSP recebeu 66 inscrições, somadas as suas categorias, de Segurança e Sistema de Justiça. “Dessas, 16 foram escolhidas para receber as visitas”, ressaltou.



Pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública se reuniram com representantes de secretarias estaduais para discutir as ações de proteção à mulher na PB

+ Mais de 3,6 mil medidas protetivas solicitadas

Nos nove primeiros meses de 2019, as Delegacias de Atendimento à Mulher da Paraíba solicitaram 3.605 medidas protetivas. Destas, 522 foram inseridas no programa Mulher Protegida e passaram a ser monitoradas durante as 24 horas pela polícia, por estarem sofrendo situação de risco.

Os dados foram apresentados na tarde desta quinta-feira (7) durante uma reunião com instituições que atuam no combate à violência doméstica, na sede da Central de Polícia Civil, no bairro do Geisel, em João Pessoa. Participaram representantes das Secretarias da Segurança e da Defesa Social e da Mulher e da

Diversidade Humana, das Polícias Civil e Militar, do Poder Judiciário e Ministério Público, além de Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam nessa área.

Na ocasião, as autoridades discutiram as formas de atuação no combate à violência doméstica e destacaram a eficiência do programa “Mulher Protegida”.

Prevenção, fiscalização e procedimento legal visando a punição

Em 2013, foi criado o Programa Mulher Protegida, congregando a Secretaria da Segurança e da Defesa Social, seus órgãos operativos, e ainda Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública, que abran-

gem três vertentes imprescindíveis para aumentar a proteção das mulheres vítimas de violência: prevenção, fiscalização e procedimento legal visando a punição dos agressores.

Na prática, as mulheres em situação de violência dispõem de um importante mecanismo

de acolhimento, assegurado pelo Programa Paraíba Unida pela Paz. Através do Programa Mulher Protegida, as vítimas de grave ameaça podem receber o dispositivo ‘SOS Mulher’, um celular interligado com o Centro de Operações da Polícia Militar (CIOP) e Delegacias de Atendi-

mento a Mulher (Deam), que garantem ainda a fiscalização das Medidas Protetivas, além de atividades educativas e de esclarecimento.

O dispositivo foi uma ação pioneira no país, pois possibilita o contato direto com a Polícia Militar e Polícia Civil, a

quem a vítima informa, com um único clique, a situação detalhada em que se encontra, desencadeando a atuação policial adequada. Em paralelo a essas ações diretamente relacionadas às vítimas que chegam às delegacias, o Programa Mulher Protegida também atua com

trabalhos de prevenção, realizando palestras educativas e de conscientização, abordando o tema violência doméstica em escolas, sindicatos, associações, indústrias, canteiros de obras da construção civil, além de panfletagens em ruas, praças e eventos.

TJPB e município de Malta assinam protocolo para fórum e residência do juiz

Com a desinstalação provisória de algumas comarcas, o Tribunal de Justiça da Paraíba está fazendo parcerias com os municípios, visando a cessão de uso dos prédios que abrigam os fóruns e as residências dos juízes. Ontem, foi assinado o primeiro ato de cessão envolvendo o Município de Malta.

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e o prefeito de Malta, Manoel Benedito de Lucena Filho (Nael Rosa), assinaram um Protocolo de Intenções, tendo por objeto a cessão ao município da sede do Fórum José Medeiros Vieira, localizado

na Rua Monsenhor Valeriano Pereira, e da residência oficial do juiz, situada na Rua Cel. José Fernandes Vieira.

Pelos termos do documento, o Município de Malta deverá disponibilizar, em um dos imóveis cedidos, um ambiente adequado para funcionamento da Defensoria Pública do Estado. Também disponibilizará, quando necessário, ao Tribunal de Justiça, ambiente isolado e seguro para arquivo de processos findos.

O Protocolo de Intenções ainda será submetido ao Pleno do Tribunal de Justiça para análise e deliberação, nos termos do artigo 6º, inciso XXXVI, alínea d, do Regimento Interno do

TJPB. Uma vez aprovada a cessão, será assinado o respectivo convênio. O prazo de cessão é de cinco anos, prorrogável por igual período, a critério dos convenientes.

O desembargador-presidente disse que a destinação dos imóveis não poderia ser melhor: “Nós temos que valorizar a prata da Casa. A sede do fórum está temporariamente desativada e temos que dar um destino. Nada melhor que deixar com o município”, afirmou. Segundo ele, outras parcerias serão feitas com os municípios que tiveram comarcas desinstaladas.

Já o prefeito Nael Rosa afirmou que o município rece-

bia de bom grado os imóveis cedidos pelo TJPB. “A gente não teve a graça da permanência da comarca, mas vamos cuidar do fórum da melhor forma possível. Vai ser muito útil para a população”, ressaltou.

Também presente à assinatura do ato, o deputado estadual Nabor Wanderley informou que a Prefeitura de Malta vai usar os imóveis de uma maneira que possa continuar servindo à população. “Vai ficar uma sala para a Defensoria Pública a fim de atender os reclamos do cidadão. É uma parceria importante, que visa, sobretudo, a melhoria de vida da população”, observou.

+ Previsão de receita tem aumento de 7,24%

O secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, participou da audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba para debater com parlamentares, representantes da sociedade civil e entidade a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, além do Plano Plurianual do Estado (PPA) para o período 2020-2023.

De acordo com a LOA, o orçamento total do Estado previsto para 2020 é de R\$ 12.708.960.386,00, incluindo todas as receitas, com as deduções obrigatórias para o Fundeb, representando um acréscimo de 7,24% em relação à LOA de 2019. Quando visto o orçamento estadual sem empresas como a Docas, Codata, Cagepa e PB Gás, no entanto, esse valor é de R\$ 11,8 bilhões.

O orçamento continuará impondo como prioridades áreas

como educação e saúde (o comprometimento das receitas líquidas de impostos e transferências com saúde e educação prevista é de R\$ 2,4 bi e R\$ 1,1 bi, respectivamente).

Já em relação aos poderes, a LOA projeta como limite para elaboração de suas propostas orçamentárias (duodécimos - recursos do tesouro) os seguintes valores: R\$ 306.450 milhões para a Assembleia Legislativa; R\$ 143.025 milhões para o Tribunal de Contas; R\$ 668.393 milhões para o Tribunal de Justiça (além de R\$ 238.873 destinados a precatórios); R\$ 258.441 milhões para o Ministério Público; e R\$ 81.564 milhões para a **Defensoria Pública** do Estado.

O secretário Gilmar Martins destacou, durante a audiência, os desafios para a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado, como o aumento das despesas com a

previdência social, as incertezas do cenário econômico nacional, e a necessidade de manutenção dos níveis de investimento dos últimos anos.

PPA

O secretário Gilmar Martins destacou, ainda, que além de orientações contidas no PRDNE - Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste da Sudene, do Plano de Governo registrado no TRE-PB, o PPA da Paraíba tomou como base também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. De acordo com o PPA, as três principais linhas de atuação governamental que irão nortear o governo no período de 2020-2023 são: Paraíba democrática, cidadã, inclusiva e segura; Paraíba desenvolvida, sustentável, integrada e contemporânea; e Paraíba inovadora, criativa, inteligente e estratégica.

Foto: Albari Pontes



Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, apresentou os principais valores previstos no projeto orçamentário

AÇÃO

A Vara de Execução de Penas Alternativas de João Pessoa destinou a quantia de R\$ 18 mil, provenientes de aplicação da pena de prestação pecuniária, para a aquisição de 20 cadeiras recicláveis, que serão utilizadas por acompanhantes e pacientes atendidos pelo SUS no ambulatório do Hospital Universitário da UFPB. O alvará da quantia foi entregue pelo magistrado José Geraldo Pontes à diretora de Recursos Humanos, Sayonara Ferreira, na presença da promotora de Justiça Isamark Leite Fontes e da defensora pública Josefa Elizabete Barbosa.

17

RESSOCIALIZAÇÃO

Leitura reduz pena

A leitura como meio de ressocialização de apenados. Com este propósito, foi instituído, em abril deste ano, o Projeto de Remição da Pena pela Leitura na Cadeia Pública de Piancó. Idealizado pelo juiz Ramonilson Alves Gomes, quando estava à frente da 1ª Vara Mista da Comarca, o projeto, atualmente, está sob responsabilidade do magistrado Pedro Davi Alves de Vasconcelos, que assumiu a titularidade da unidade. Pelo menos 12 apenados da cadeia participam da iniciativa.

De acordo com o juiz Pedro Davi Alves, o projeto é desenvolvido em parceria com a Defensoria Pública e a direção da Cadeia, e possibilita a remição dos custodiados nos regimes fechado, semiaberto ou aberto.

“A adesão se dá de forma voluntária e o apenado precisa fazer, ao final da leitura, uma resenha da obra literária para poder ter a pena remida”, explicou. A atividade final precisa atender a requisitos tais como estética, limitação ao tema, fidelidade ao conteúdo e vedação ao plágio.

Conforme a portaria que instituiu o projeto, são quatro dias reduzidos da pena para cada 30 dias de leitura, ou seja, em 12 meses, o participante terá a possibilidade de remir até 48 dias de sua pena. O projeto foi idealizado em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei das Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), Súmula 341 do STJ e artigo 3º da Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação.

ALPB promulga lei que determina prazo de 30 dias para hospitais realizarem exames de pacientes com câncer

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Adriano Galdino, promulgou na última terça-feira (19) a Lei, de autoria do deputado Wilson Filho, que vai permitir que os pacientes acometidos de câncer no Estado possam cobrar dos hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS)



a realização de exames em um período máximo de 30 dias. A matéria tinha sido vetada pelo Poder Executivo, mas o veto foi derrubado por unanimidade em sessão realizada no início deste mês. Segundo o texto, o prazo estabelecido é para a realização de exames clínicos, laboratoriais e complementares por pacientes já diagnosticados com neoplasia maligna nas unidades do SUS. O presidente da ALPB, Adriano Galdino, destacou a importância da lei e destacou a necessidade de avançar no sentido de garantir ao cidadão paraibano, que sofre e não tem condições de bancar com as despesas do câncer, uma forma rápida e urgente para o tratamento. “É uma lei humana, solidária, que tem um olhar, social muito forte para quem convive com o câncer. A lei foi vetada pelo governo, a Casa derrubou o veto e estamos promulgando para que ela possa valer e as pessoas possam ter seus exames até o prazo máximo de 30 dias”, disse Galdino. Já Wilson Filho explicou que a finalidade é proporcionar tempo aos pacientes acometidos pela enfermidade. “É um dia muito especial porque essa lei tem uma simbologia muito especial. Esse prazo vai mudar a vida de muita gente, pois quem já acompanhou um paciente na luta contra o câncer sabe o quanto é importante adiantar o tratamento”, ressaltou o autor. A lei estabelece que o próprio cidadão possa atuar como fiscalizador deste cumprimento, podendo o mesmo acionar a Defensoria Pública do Estado para ingressar com um mandado de segurança ou outros mecanismos jurídicos para garantir-lhe o seu direito.

Semana Justiça pela Paz em Casa começa dia 25 deste mês

Os membros da rede de proteção à mulher vítima de violência se reuniram ontem no Tribunal de Justiça da Paraíba, para definir estratégias, atuação e detalhes para mais uma edição da Semana Justiça Pela Paz em Casa, que ocorrerá de 25 a 29 deste mês. Na Paraíba, já há 574 audiências agendadas, quatro júris de feminicídios e mais de 20 comarcas que confirmaram participação. Na capital, o evento, que está na 15ª etapa, ocorrerá no Fórum Criminal (Centro), com abertura prevista para 13h30, e contará com a exposição "Armas Brancas do Medo – desnaturalizar é preciso", com armas brancas que integram processos de violência doméstica.

A reunião teve a participação do presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, que ressaltou a confiança no trabalho que vem sendo desenvolvido pela rede, e do gestor das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito do tribunal, desembargador João Benedito da Silva.

O desembargador João Benedito afirmou que a exposição das armas brancas busca expor ao público de que forma os agressores agem em muitas situações de violência física. Disse, ainda, que a reunião tratou dos preparativos da última edição da Semana de 2019. "Envolvemos, hoje, toda a rede que atua no combate à violência doméstica contra a mulher, como o Estado, a Patrulha Maria da Penha, a Ronda, advogados, Ministério Público, Defensoria Pública, universidades, delegacias e outros. O objetivo é ajustar a atuação de cada um, mas, também, ouvir sugestões para que os trabalhos sejam aperfeiçoados", destacou.

A coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJPB, juíza Graziela Queiroga Gadelha, afirmou que a Semana continuará enfatizando a mensagem de que as vítimas devem denunciar, assim como as pessoas que sabem de uma situação desta natureza. Sobre a exposição, explicou que o objetivo é realmente impactar. "Des-

naturalizar esta violência é preciso, e tentaremos levar a mensagem de que aquelas armas utilizadas pelos agressores estão ali, dentro de casa. Queremos impactar, mostrando a todos que frequentarem o fórum durante este período o que realmente acontece nestes casos", disse.

Durante a reunião, a palavra foi facultada a todos os membros para uma avaliação sobre a última edição da Semana e sugestões de aprimoramento. "Desde que começamos a trabalhar em conjunto – o mutirão acoplado a toda uma rede de serviços – estamos numa crescente. É importante reconhecer o que de bom foi feito, mas, principalmente, buscar avançar sempre. Aqui, foi proposta a interação com juízes e promotores das Varas de Família, por entendermos que os processos estão entrelaçados com questões familiares, por vezes, judicializadas; a participação cada vez maior dos Creas, principalmente, nas comarcas do interior; entre outras medidas", salientou.

Lei institui prazo de 30 dias para exames de pacientes com câncer

Cidadão poderá acionar a Defensoria Pública do Estado caso não seja atendido dentro do período estabelecido

José Alves
zonteira2@gmail.com

Pacientes diagnosticados com câncer na Paraíba terão direito a exames de saúde realizados no prazo máximo de 30 dias em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). É o que estabelece a lei de autoria do deputado Wilson Filho, aprovada por unanimidade em sessão realizada no início deste mês e publicada no Diário Oficial do Estado de ontem (20) pelo presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Adriano Galdino. Na Paraíba, em 2018, foram diagnosticados cerca de 5 mil paraibanos com a doença.

De acordo com a lei, o próprio cidadão pode atuar como fiscalizador deste cumprimento, podendo o mesmo acionar a Defensoria Pública do Estado para ingressar com um mandado de segurança ou outros mecanismos jurídicos para ter seu direito garantido.

O secretário da Saúde

do Município, Adalberto Fulgêncio, disse que na verdade já há em João Pessoa uma prioridade em relação aos pacientes com câncer: "Mas com a promulgação dessa lei vamos fazer de tudo para garantir o atendimento a esses pacientes dentro do prazo estabelecido", afirmou o secretário, lembrando que antes o prazo existente para o tratamento era de 60 dias.

Segundo o texto, o prazo estabelecido é para a realização de exames clínicos, laboratoriais e complementares por pacientes já diagnosticados com neoplasia maligna nas unidades do SUS. O presidente da ALPB, Adriano Galdino, destacou a importância da lei e enfatizou a necessidade de avançar no sentido de garantir ao cidadão paraibano, que sofre e não tem condições de custear as despesas decorrentes do câncer, que comumente exigem mais rapidez nos resultados para o tratamento.

O projeto abrange os pacientes já diagnosticados, ou



Foto: Marcello Casali Jr./Agência Brasil

O prazo é para realização de exames clínicos, laboratoriais e complementares por pacientes já diagnosticados com neoplasia maligna nas unidades do SUS

seja, se o paciente já foi diagnosticado com câncer; já faz a biópsia, e agora precisa fazer os exames para saber qual é o tratamento mais adequado, esta lei servirá para estes. "O cidadão que sofre

e convive com o câncer vai ter um instrumento legal para que ele possa reivindicar o seu direito à saúde e à vida", afirmou o presidente da ALPB.

Por meio de nota, o Mi-

nistério da Saúde informou que ações serão desenvolvidas para que a lei seja cumprida. Ainda segundo o ministério, em oito anos dobraram os recursos destinados aos tratamentos na

rede pública de saúde. Os valores passaram de R\$ 2,2 bilhões, em 2010, para R\$ 4,4 bilhões, em 2018. Estima-se que o Brasil registre 600 mil novos casos de câncer este ano.

Governo do Estado celebra o Dia da Consciência Negra

Evento aconteceu no Ponto de Cem Réis, em João Pessoa, e contou com feira de serviços e apresentações culturais

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh) e a Secretaria Executiva de Economia Solidária (Seso) celebrou mais um dia da Consciência Negra com o Ato de Resistência à Intolerância Racial, no Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa.

O dia 20 de novembro é um dia simbólico dedicado à sensibilização, politização e combate ao racismo e à exclusão ainda sofrida pelo negro na sociedade brasileira. O evento buscou dar visibilidade, no sentido de fortalecer a população e o enfrentamento ao racismo.

A feira de serviços e apresentações culturais tiveram parceria de outras secretarias estaduais como a Secretaria de Saúde e a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana; Defensoria Pública; representantes de movimentos sociais e do Ateliê Multicultural Elioeloi Gomes, conhecido por realizar a apresentação do espetáculo Auto dos Oxixás.

O evento deste ano trouxe o artesanato dos empreendimentos da economia solidária; serviços de saúde, como aferição de pressão arterial e vacinação; distribuição de materiais educativos,

sobre a saúde da população negra; além de serviços gratuitos como corte de cabelo, realizado pela equipe dos Centros Sociais Urbanos. Paralelo a esses serviços, apresentações culturais e falas de intervenção e reflexão sobre o enfrentamento ao racismo, movimentaram o espaço.

A secretária Executiva de Economia Solidária, Roseana Meira, destacou a importância da luta. "Hoje é um dia em que nos juntamos para fazer esta celebração contra a intolerância, mas a luta precisa ser travada todos os dias, onde ela se apresenta. É nos momentos das relações no trabalho, no lazer e em diversos espaços de atuação que a população precisa estar sempre atenta para denunciar. O racismo é crime", enfatizou.

O Grupo OloduMatão, fundado em 2015, no quilombo de Matão, no município de Gurinhém trouxe dança para o evento. O grupo tem o objetivo de proporcionar uma aproximação dos integrantes com o Afôxé e do Samba Reggae. Gêneros de música e dança característicos de alguns lugares, mas praticamente desconhecidos dos artistas das comunidades quilombolas da Paraíba.

Já o grupo de dança e



Foto: Secom-PB

Apresentações culturais e falas de intervenção e reflexão sobre o enfrentamento ao racismo, além de outras ações movimentaram o Ponto de Cem Réis

percussão Raizes, do Ateliê Multicultural Elioeloi Gomes, criado para realizar os acolhimentos temáticos, realizou performances cheias de simbologia e história. A apresentação falou dos oxixás a partir dos povos originários

do Brasil: indígenas, negros e ciganos.

Elioeloi Gomes destacou os homenagens realizadas este ano. "Homenageamos pessoas que trabalham com a cultura afro e com a cultura no geral, como Albaniza San-

tos, que trabalha a dança com as pessoas da melhor idade; Pedro Cândico, conhecido pelo trabalho com o folclore há mais de 30 anos; Ednamay Cirilo, que fomenta a cultura principalmente no Centro Histórico e é uma das percus-

soras dos blocos de Rua; Jocerlan Silva, ator e educador, diretor de uma escola de um quilombo na região da cidade de Conde; e Juvanete Carvalho, bailarina e coreógrafa e coordenadora escolar", detalhou.

TCE aprova as contas da Defensoria Pública do Estado referentes a 2018

O Tribunal de Contas da Paraíba aprovou, à unanimidade, as contas de gestão da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, referentes ao exercício de 2018, sob a responsabilidade da defensora pública-geral Madalena Abrantes. A decisão teve o parecer favorável do Ministério Público de Contas.

No seu voto, o conselheiro-relator André Carlo Torres declarou que a prestação de con-

tas, “devidamente aquilatada e justificada”, foi encaminhada no prazo legal, que a Defensoria no período chegou a executar um valor inferior ao que a lei orçamentária fixou para despesas e que todas as denúncias formuladas pelo defensor público Otávio Araújo e uma empresa foram julgadas improcedentes e prejudicadas.

A sustentação oral da advogada Ciane Feliciano foi conside-

rada muito bem esclarecedora pelo procurador-geral de contas Manoel Antônio dos Santos, que advertiu para a impossibilidade do Poder Executivo fazer limitação de empenho em despesas da Defensoria Pública.

Na ocasião, ele solicitou que fosse expedida recomendação à PBPprev, no sentido de que benefícios superiores a 15 dias sejam considerados como de índole previdenciária e não

saiam do orçamento da Defensoria Pública.

“Em relação às contribuições previdenciárias, no entendimento das autonomias administrativa e financeira da DP, ele se dá quanto aos servidores ativos, mas não se aplicam aos benefícios de natureza previdenciária nem a aposentadoria, sobretudo quando a DPE-PB faz aporte para a PBPprev”, fundamentou.

• CORREIO DA PARAÍBA

Opinião - Informe - A6

Aprovação. O TCE aprovou as contas de gestão da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, referentes ao exercício de 2018, sob a responsabilidade da defensora pública-geral Madalena Abrantes. Ela tem motivos de sobra para comemorar a decisão, pois enfrentou uma série de problemas de ordem administrativos e financeiros devido a falta do repasse integral do duodécimo ao órgão por parte do ex-governador Ricardo Coutinho, mas seguiu as pontas e manteve a casa em ordem.



JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA. FEMINICÍDIOS TERÃO PRIORIDADE EM ESFORÇO CONCENTRADO

Mutirão julgará casos de violência contra mulher

O Tribunal de Justiça da Paraíba inicia, nesta segunda-feira, a 15ª etapa da Semana Justiça pela Paz em Casa, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltada ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A abertura do evento ocorrerá às 13h30, no Fórum Criminal de João Pessoa, com o lançamento da exposição “Armas Brancas do Medo - Desnaturalizar é Preciso”, que apresentará armas brancas que integram processos de violência doméstica.

Na Paraíba, foram agendadas 574 audiências e quatro júris de casos de feminicídios. Mais de 20 comarcas confirmaram participação, de acordo com a coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJPB, juíza Graziela Queiroga Gadelha.

No dia 18, membros da rede de proteção à mulher vítima de violência se reuniram no Tribu-



EDNALDO ARAÚJO

Rede de proteção. Reunião discutiu ações em defesa da mulher

nal de Justiça para definir estratégias, atuação e detalhes da Semana Justiça Pela Paz em Casa, que ocorrerá desta segunda até sexta-feira. O encontro teve a participação do presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, que ressaltou a confiança no trabalho que vem sendo desenvolvido pela rede, e do gestor das Metas do CNJ no âmbito do Tribunal, desembargador João Benedito da Silva.

“Envolvemos, neste encon-

tro, toda a rede que atua no combate à violência doméstica contra a mulher, como o Governo do Estado, a Patrulha Maria da Penha, a Ronda da

PMJP, advogados, e representantes do Ministério Público, Defensoria, universidades e delegacias. O objetivo foi ajustar a atuação de cada participante, bem como ouvir sugestões para que os trabalhos sejam aperfeiçoados”, disse o desembargador.

A coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJPB, juíza Graziela Queiroga Gadelha, afirmou que a Semana continuará enfatizando a mensagem de que as vítimas devem denunciar, assim como as pessoas que sabem de uma situação desta natureza não devem ficar caladas.

EXPOSIÇÃO

> O objetivo da exposição “Armas Brancas do Medo - Desnaturalizar é Preciso” é, realmente, impactar. “Desnaturalizar esta violência é preciso, e tentaremos levar a mensagem de que aquelas armas utilizadas pelos agressores estão ali, dentro de casa”, disse a juíza Graziela Queiroga Gadelha.

Órgãos lançam calendário para os '16 dias de ativismo'

Campanha tem como objetivo a promoção de uma série de eventos pelo fim da violência contra a mulher na Paraíba

Laura Luna
lauraragao@gmail.com

O Núcleo de Gênero do Ministério Público da Paraíba (MPPB), o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB), as secretarias de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh) e da Segurança e Defesa Social (Seds) e outros parceiros que formam a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Reamcv) lançaram na manhã de ontem, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, os '16 Dias de Ativismo'.

A campanha tem como objetivo a promoção de uma série de eventos e ações pelo fim da violência contra a mulher, na Paraíba. "É um movimento internacional e aqui nós congregamos vários órgãos em prol da defesa dos direitos das mulheres. Sabemos que não conseguiremos erradicar facilmente a violência contra a mulher mas o combate continuará e esse é o movimento onde nos unimos todos com esse mesmo objetivo", pontuou Valberto Lira, procurador de Justiça e coordenador do Núcleo de Gênero do MPPB.

O presidente da OAB/PB, Paulo Maia, falou do empenho da ordem no que diz respeito ao embate à violência contra a mulher. "Nós temos na OAB três órgãos de frente na defesa da mulher: A Comissão de Combate à Vi-



Reunião de lançamento da campanha, que acontece em todo o Brasil, foi realizada ontem no auditório da Procuradoria Geral da Justiça, em João Pessoa

lência e Impunidade contra a Mulher, da qual fazemos parte, a Comissão da Mulher Advogada e a Rede de Sororidade, que foi criada agora para promover o combate contra toda a forma de violência que a mulher venha a sofrer, não só a doméstica ou física como também a psicológica, o assédio moral e sexual, a exclusão do mercado de trabalho", explicou Paulo Maia, que pontuou ainda que cerca de 46% dos 20 mil advogados ativos e regulares inscritos na OAB/PB são mulheres.

"Esses 16 dias de verdadeiro ativismo em tempos em que a violência, o discurso de ódio e a intolerância estão sendo a tônica das discussões é sempre importante entender que o combate deve se dá através da paz, do discurso de sensatez e da harmonia".

Violência sexual e obstétrica; feminicídio; violência doméstica, psicológica, institucional, e patrimonial; namoro abusivo (com foco no público adolescente); violência contra mulheres idosas, negras, e as que vivem no

campo; assédio e importunação sexual são alguns dos temas a serem tratados durante os '16 Dias de Ativismo'. A juíza Graziela Queiroga, coordenadora da Mulher em Situação de Violência do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB), órgão que trabalha a visibilidade aos temas da violência doméstica e articulação de políticas nesse sentido, ressaltou a relevância do trabalho em rede e destacou o início da 'Semana da Paz em Casa', onde serão pautados processos de violência do-

méstica. "De hoje até sexta temos mais de 500 audiências marcadas em todo o Estado e cinco júris de feminicídio para acontecer." A magistrada reforçou a necessidade de todos se imanarem nessa luta. "Todos juntos nessa busca ao enfrentamento desse mal tão grande infelizmente que vem afligindo o nosso país e por que não dizer o mundo".

A delegada Renata Matias, que está completando dez anos à frente da Delegacia da Mulher, falou sobre o quão importante é fazer os

encaminhamentos corretos no atendimento à mulher vítima de violência. "Por isso é necessário o trabalho em rede e por isso esse momento é tão especial", falou.

CALENDÁRIO DE PROGRAMAÇÃO DO EVENTO:

- 26/11: às 9h, na OAB, reunião com Movimento de Mulheres; à tarde, Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Negras;
- 27/11: Panfletagem em Campina Grande;
- 29/11: às 16h, no Hotel Globo, Sarau Poético;
- 30/11: às 8h, na Faculdade Três Marias: seminário da OAB
- 02/12: às 14h, na Sala de Sessões do MPPB, reunião com lideranças religiosas;
- 06/12: às 9h30, na Assembleia Legislativa do Estado, audiência pública 'Dia do Laço Branco', homens pelo fim da violência contra as mulheres;
- às 19h, blitz educativa;
- 08/12: Caminhada Global da ONU e panfletagem;
- 10/12: das 8h às 12h, no auditório da Sinduscon, lançamento da campanha "Violência contra a Mulher, aqui não", para condomínios residenciais.

Foto: Evandro Pereira

No Brasil

Desaparecimento de pessoas carece de dados e requer atuação

Foto: MPPB

Setecentos mil boletins de ocorrência sobre desaparecimento de pessoas foram registrados no Brasil, no período de 2007-2016, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o assessor do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, André Luiz de Souza Cruz, os dados estatísticos sobre um problema que sofre grande invisibilidade do poder público além de insuficientes, são subnotificados.

O assunto foi discutido, na manhã dessa terça-feira (26), no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em João Pessoa, durante o seminário 'O fenômeno do desaparecimento de pessoas e a atuação em rede', do qual participaram integrantes do Ministério Público da Paraíba, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública.

O evento organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf/MPPB), pelo Plid do MPPB e pela Escola Superior da Magistratura do TJPB (Esma), foi aberto pelo 2º subprocurador-geral de Justiça, Alvaro Gadelha. "O



De acordo com André Luiz, em palestra na Procuradoria Geral, são 700 mil boletins de ocorrência sobre o tema

Ministério Público é, mais uma vez, contemplado com a presença de pessoas ilustres para tratar de um tema tão importante", disse.

Também integraram a mesa a promotora de Justiça Elaine Cristina Alencar, integrante do Plid/MPPB; pelo juiz da Infância e Juventude de Campina Grande, Hugo Zaher e pelo corregedor Marcus Sales, representando o TJPB e por Valéria Vita, representando a Defensoria Pública do Estado. Todos ressaltaram a importância do trabalho em rede para

prevenir e resolver os casos de pessoas desaparecidas.

"O desaparecimento é um fenômeno que não passa. Para cada pessoa desaparecida, várias são mobilizadas para fazer a busca. O impacto desse fenômeno é devastador na vida das pessoas. Tudo isso porque o poder público não consegue dar uma resposta melhor para o problema. É preciso encarar que esse problema é um problema de todas as instituições para que avancemos nas políticas públicas", defendeu o palestrante.

André Luiz Cruz também destacou a importância da Lei Federal 13.812/2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. "Essa lei garante à família o direito público e subjetivo ao processo de busca de desaparecidos. De acordo com o palestrante, muitos casos de desaparecimentos não são resolvidos pela ausência de comunicação integrada entre órgãos e instituições, que deveriam atuar em rede.

16 DIAS DE ATIVISMO

Campanha defende mulheres

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB), Paulo Maia, a presidente da Comissão da Mulher Advogada, Mônica Lemos; e a presidente da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher da OAB-PB, Isabelle Ramalho; participaram, na última segunda-feira (25), do lançamento da campanha '16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres', realizado na sede do Ministério Público Estadual (MPPB), em João Pessoa. O calendário com as ações da campanha pode ser conferido no site da OAB-PB.

Até o próximo dia 10 será promovida uma série de eventos e ações pelo fim da violência contra a mulher, no Estado. A campanha foi idealizada pelo Núcleo de Gênero do MPPB, juntamente com a OAB-PB, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, as secretarias de Estado da Mulher (Semdh) e da Seguran-



DIVULGAÇÃO/OAB

NO MPPB. Diretores da Ordem no lançamento da campanha

ça e Defesa Social (Seds), as prefeituras de João Pessoa e Campina Grande e outros parceiros que formam a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Reamcav).

O presidente da OAB-PB, Paulo Maia, destacou a necessidade de, nos tempos atuais, reafirmar postulados importantes como a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos. Ele também afirmou que a mulher tem sido foco de exclusão e pre-

conceito ao longo da história e que é importante construir uma nova humanidade mais humanizada. "Que a rede possa continuar com essa bandeira em meio a um cenário devastador. Vale muito a luta. É uma causa que vale a pena", disse.

O coordenador do Núcleo de Gênero do MPPB, o procurador de Justiça Valberto Lira, informou que o objetivo é unificar as ações e políticas de todos os órgãos que integram a rede de atenção à

mulher no Estado da Paraíba. O procurador também destacou a importância da criação do Núcleo de Gênero, que é responsável pela política do MPPB em todo o Estado. "Agora estamos efetivamente alcançando nosso desiderato, que é interiorizar as ações. Precisamos estar todos unidos com o compromisso de levar a luta adiante".

A coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJPB, juíza Graziela Gadelha, falou do trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça para entregar uma melhor prestação jurisdicional e da importância de um olhar mais profundo para a questão da violência contra a mulher. Segundo a delegada Renata Maia, o trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher não se faz sozinho e precisa ser em rede. "Temos nosso papel enquanto delegacia de responsabilização, mas a mulher também precisa de outros serviços".

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. PROGRAMAÇÃO PREVÊ AÇÕES INTEGRADAS EM TODO O ESTADO

Campanha “16 dias de ativismo”

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) e demais órgãos integrantes da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Reamcav) promovem, nesta sexta-feira (29), um sarau poético, às 16h, no Hotel Globo. O evento integra a campanha dos '16 Dias de Ativismo', lançada ontem (25/11, em alusão ao Dia Internacional de Luta contra a Violência contra a Mulher) e idealizada pelo Núcleo de Gênero do MPPB, com o apoio do Tribunal de Justiça, OAB, Defensoria Pública, Governo do Estado, prefeituras de João

Pessoa e Campina Grande e demais integrantes da rede.

Durante o evento, haverá declamação de poesias por Jennifer Trajano, Aline Cardoso, Cris Estevão; apresentação de cordel por Sueldes Alves de Araújo e música com a cantora Cida Alves. Também ocorrerá nesta sexta o encerramento da “Semana pela Paz em Casa”, mutirão de audiências judiciais de processos de violência doméstica.

A programação dos 16 dias começou na última segunda-feira, com o evento de abertura da campanha, ocorrido

na sede do Ministério Público, com a participação de representantes de todas as instituições que compõem a rede.

Na terça-feira (26/11), foi realizada uma reunião com o Movimento de Mulheres. De acordo com o coordenador do Núcleo de Gênero do MPPB, o procurador de Justiça Valberto Lira, a reunião com as lideranças feministas teve como objetivo ouvir as reivindicações do movimento, saber as necessidades e as expectativas em relação à rede estadual para que sejam feitos os encaminhamentos para a adoção das ações e políticas públicas necessárias. Ele destacou as providências adotadas desde a ocupação do MP pelo movimento de mulheres.

A representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Hildevânia Macêdo, fez um histórico dos avanços obtidos desde a ocupação do Ministério Público, realizada em novembro de 2017. Entre os avanços destacados estão a instituição do grupo de trabalho pra implantação do protocolo de feminicídio, a criação do Núcleo de Gênero do MPPB, as campanhas da Rede Estadual de Atenção à Mulher e julgamentos mais céleres nos casos de feminicídio.

Participaram da reunião as promotoras de Justiça Rosane Araújo, Ismânia Pessoa e Caroline Freire; a juíza Graziela Gadelha, representante o Tribunal de Justiça; a secretária da Mulher e Diversidade Humana, Gilberta Soares; e representantes da Comissão de Combate à Violência Contra as



Atividade. Solenidade de abertura da campanha reuniu representantes de diversas instituições da PB

CALENDÁRIO

> 28/11, das 8h30 às 13h: projeto “Tecendo Redes” (de capacitação a agentes de segurança sobre atendimento a mulheres vítimas de violência), no auditório da Promotoria de Sapé;

> 29/11, às 8h, no Fórum Criminal: encerramento da “Semana pela Paz em Casa”, com mutirão de audiências; às 16h, no Hotel Globo, sarau poético;

> 30/11, às 8h, na Faculdade Três Marias, no bairro Miramar: palestra ‘Criminologia e Estudos sobre a Violência contra a Mulher’;

> 02/12, às 14h, sala de Sessões do MPPB, reunião com lideranças religiosas;

> 06/12, às 9h30: audiência pública na Assembleia Legislativa e exposição do painel ‘Laço Branco’ para coleta de assinatura de homens que apoiam o fim da violência contra as mulheres; blitz educativa em bares de João Pessoa a partir das 18h;

> 08/12: caminhada global da ONU e panfletagem. Saída Mag Shopping, em João Pessoa.

Mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil, da Rede Solidariedade; do Cunha Coletivo Feminista; da CPI Feminicídio; do Centro da Mulher Oito de Março; e da União Brasileira de Mulheres.

Ao final da reunião ficaram definidas algumas ações: definição da parceria do MP no fluxograma da Patrulha Maria da Penha; convocação do consórcio de ônibus para treinamento dos motoristas; colóquio para discussão das consequências do descumprimento das medidas protetivas; planejamento de ações para as escolas.

Já na última quarta-feira (27/11), os órgãos da rede realizaram panfletagem, nos municípios paraibanos onde há delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima

de violência, a exemplo de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Mamanguape e Patos. Em João Pessoa, por exemplo, a panfletagem ocorreu no Fórum Criminal e no Mercado Central.

Em Campina Grande, a ação aconteceu na Praça da Bandeira, com a participação da Promotoria da Mulher, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança, OAB e prefeitura. “Foram disponibilizados serviços e ações pelas secretarias da Saúde e da Ação Social. Divulgamos o material da campanha, orientar as pessoas, informá-las sobre os serviços de denúncia (123, 180, 190 e 197) e esclarecê-las sobre a necessidade de denunciar os casos de violência doméstica”, disse a promotora da Mulher de Campina Grande, Ismânia Pessoa.

A programação prevê ações integradas até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), como panfletagens, sarau poético, caminhada, blitz educativas em bares e boates para tratar do assunto e campanha em condomínios residenciais.

Conforme explicou o coordenador do Núcleo de Gênero do MPPB, o procurador de Justiça Valberto Lira, durante os 16 dias de ativismo serão discutidas questões como violência sexual e cultura do estupro; violência obstétrica; feminicídio; violências doméstica, psicológica, institucional, simbólica e patrimonial; namoro abusivo (com foco no público adolescente); violência contra mulheres idosas, negras, entre outros.

Seminário sobre Direito Animal será realizado na Esma dia 9 de dezembro

No próximo dia 9 de dezembro, a partir das 9h, a Escola Superior da Magistratura (Esma) vai sediar o 3º Seminário Paraibano de Direito Animal. As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas, exclusivamente, por meio do endereço www.survio.com/survey/d/X9X6G-1F6O4X6I3Q9F. São parceiros também do evento a Escola Superior da Magistratura Federal do Paraná, o Núcleo de Justiça Animal da Universidade Federal da Paraíba e o Programa de Direito Animal da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Dentre as atividades programadas, constam palestras de especialistas na matéria, vinculados à Justiça e às entidades parceiras. Haverá, ainda, o lançamento do livro "Comentários ao Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba: A Positivização dos Direitos Fun-

damentais dos Animais", pela Editora Juruá, coordenado por Vicente de Paula Ataíde Júnior, que é professor-adjunto do Departamento de Direito Civil e Processual Civil da UFPR e juiz Federal do Paraná.

"A obra traz cinco ensaios e comentários, além de artigos sobre a Lei nº 11.140/2018 do Estado da Paraíba (Código de Direito e Bem-estar Animal), considerada a norma mais avançada do mundo, em matéria de proteção animal, também por ser a primeira lei a estabelecer de forma clara os direitos fundamentais para animais não humanos", ressaltou o gerente acadêmico da Esma, Paulo Romero.

O gerente informou que o livro representa a construção acadêmica e científica de uma obra, na qual 33 especialistas, dentre advogados, juízes, promotores, professores, médicos veterinários e cientistas, avaliaram criteriosamente as novas

disposições legais que tratam de assunto tão importante para o Estado, para o país e para o mundo.

Segundo o diretor da Esma, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, sediar o seminário demonstra a credibilidade e a seriedade do trabalho acadêmico promovido pela escola.

"Nossa pretensão é reunir pessoas interessadas nessa área do Direito, em especial os juízes estaduais, que têm a competência para aplicar a lei, servidores do Judiciário estadual, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das universidades, das entidades públicas e privadas de defesa dos animais e do meio ambiente, para assistirem às palestras e terem acesso ao livro inédito, que será lançado na oportunidade", enfatizou o desembargador Marcos Cavalcanti.

Os participantes que re-

gistrarem frequência integral no seminário receberão certificados de seis horas-aula e sendo servidor do Tribunal de Justiça a carga horária será computada para fins de promoção na carreira.

Campanha de Natal

No evento, a Esma arrecadará alimentos não perecíveis dos participantes do seminário, que desejarem, voluntariamente, realizar a doação. Os alimentos serão entregues à Vila Vicentina Júlia Freire.

Dentre as atividades programadas, constam palestras de especialistas na matéria, vinculados à Justiça e às entidades parceiras

Fórum debate em João Pessoa o desaparecimento de pessoas

O Fórum Interinstitucional Permanente de Prevenção e Combate ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes da Paraíba/FICA/PB, que reúne representantes do Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, tem empreendido ações voltadas à prevenção e o enfrentamento ao desaparecimento de pessoas no Estado, especialmente, crianças e adolescentes. O fórum surgiu como um grupo de trabalho com discussões em torno do tema. Foi tomando forma e ganhando adeptos. O juiz Hugo Gomes Zaher, auxiliar da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campina Grande, é quem coordena a equipe.

O magistrado explicou que o FICA/PB, com os parceiros, por meio de termo de cooperação entre TJPB e MPPB, promoveu um evento, na última segunda-feira (25), na sede do MPPB, na Capital, onde foram discutidas estatísticas

alarmantes sobre pessoas desaparecidas no Brasil. Na ocasião, o palestrante, André Luiz de Souza Cruz, assessor do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, informou que, no período de 2007-2016, foram emitidos no país setecentos mil boletins de ocorrência sobre desaparecimento de pessoas, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O encontro contou, também, com o juiz-auxiliar da vice-presidência Herbet Lisboa.

“O evento foi muito importante para demonstrar a necessidade de engajamento de toda a rede de proteção na prevenção do desaparecimento de crianças e adolescentes, sendo certo que os conhecimentos transmitidos potencializarão o trabalho do Fórum Interinstitucional”, destacou Hugo Gomes.

Ele ressaltou, também, como um dos ramos de atuação do FICA, o Proje-

to ‘Cidadania de Primeira’, voltado para identificação civil com base biométrica para crianças e adolescentes, com foco prioritário em crianças de zero a seis anos. O principal objetivo, além do exercício primário da cidadania, que é a própria posse da documentação, é contribuir na prevenção e no combate ao desaparecimento de crianças e adolescentes na Paraíba.

Mickaelli King, assistente social da Vara da Infância e Juventude, explicou que o projeto foi pensado a partir da existência do FICA-PB. “Essa ação, também desenvolvida em parceria com o Ministério Público, que já tem um Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid), foi uma estratégia adotada pelo fórum, considerando a proteção da primeira infância”, disse, acrescentando que, no início do mês de novembro, a medida atendeu 25 crianças de uma creche de Campina, e que a meta inicial é alcançar um total de 80.